

Projetos prioritários: a espera eterna

Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — Se quiser ver os 18 projetos que considera prioritários aprovados ainda este semestre no Congresso Nacional, o presidente Collor terá que fazer em menos de um mês o que não conseguiu em cinco: levar ao plenário os parlamentares governistas, negociar com a oposição e motivar os congressistas a passarem mais de um dia em Brasília.

Como ninguém acredita nessa proeza, é quase certo que o Congresso encerre o semestre da mesma forma como começou: convocado extraordinariamente para trabalhar no recesso, em julho. Até lá, faltam apenas 23 dias, contando sábados e domingos, e nenhuma das propostas está pronta para votação em plenário.

— Não vai dar para votar tudo. Se quisermos cumprir a pauta, vamos passar o recesso aqui — afirma o presidente do PFL, senador Hugo Napoleão (PI).

O projeto do ajuste fiscal — prioridade número um do Planalto — já chegou ao Congresso mas ainda não está na pauta do plenário. O relator é o deputado Benito Gama (PFL-BA), presidente da CPI que investiga denúncias contra o empresário Paulo César Farias, o PC. O projeto dos portos, outra prioridade de Collor, está em análise por uma comissão especial mas ainda não chegou ao plenário. O único projeto que está mais adiantado é o de concessão de serviços públicos à iniciativa privada. O projeto já está no plenário da Câmara, mas com uma série de emendas que a oposição quer discutir. Na última quarta-feira, ele esteve em discussão no plenário mas não havia quorum.

— Ficamos aqui numa eterna espera das matérias importantes. Não há dúvida de que vamos trabalhar no recesso porque essas matérias de economia são polêmicas — afirma o deputado Delfim Netto (PDS-SP).

A possibilidade de editar medidas provisórias para forçar a deliberação do Congresso já foi descartada pelo ministro Jorge

Bornhausen, que quer cobrar agilidades dos parlamentares.

O antigo Emendão que Collor sonha aprovar para modernizar a economia é dado como morto até pelo presidente da comissão encarregada de emitir parecer.

— De presidente da comissão do Emendão na parte de modernização da economia, eu virei coveiro. Já marquei uma série de reuniões e ninguém aparece. O próprio líder do governo, o Humberto Souto, só participou de uma reunião. Agora pelo menos o PMDB já decidiu: vamos enterrar a proposta por absoluta falta de quorum — disse Maurílio Ferreira Lima.

A avaliação de Maurílio sobre a ausência dos parlamentares se aplica também ao plenário. O único dia em que a Casa funciona com “quorum pleno” (mais de 400 parlamentares) é quarta-feira, quando o presidente Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) aproveita para pôr pelo menos um projeto importante em pauta. Nesse dia, o Congresso já votou o salário-mínimo e o projeto do enriquecimento ilícito. Para garantir o quorum, Ibsen e o presidente do Congresso, Mauro Benevides, fazem o que podem, mas não conseguem obrigar os parlamentares a comparecer, principalmente na quinta-feira à tarde, quando o Congresso fica vazio.

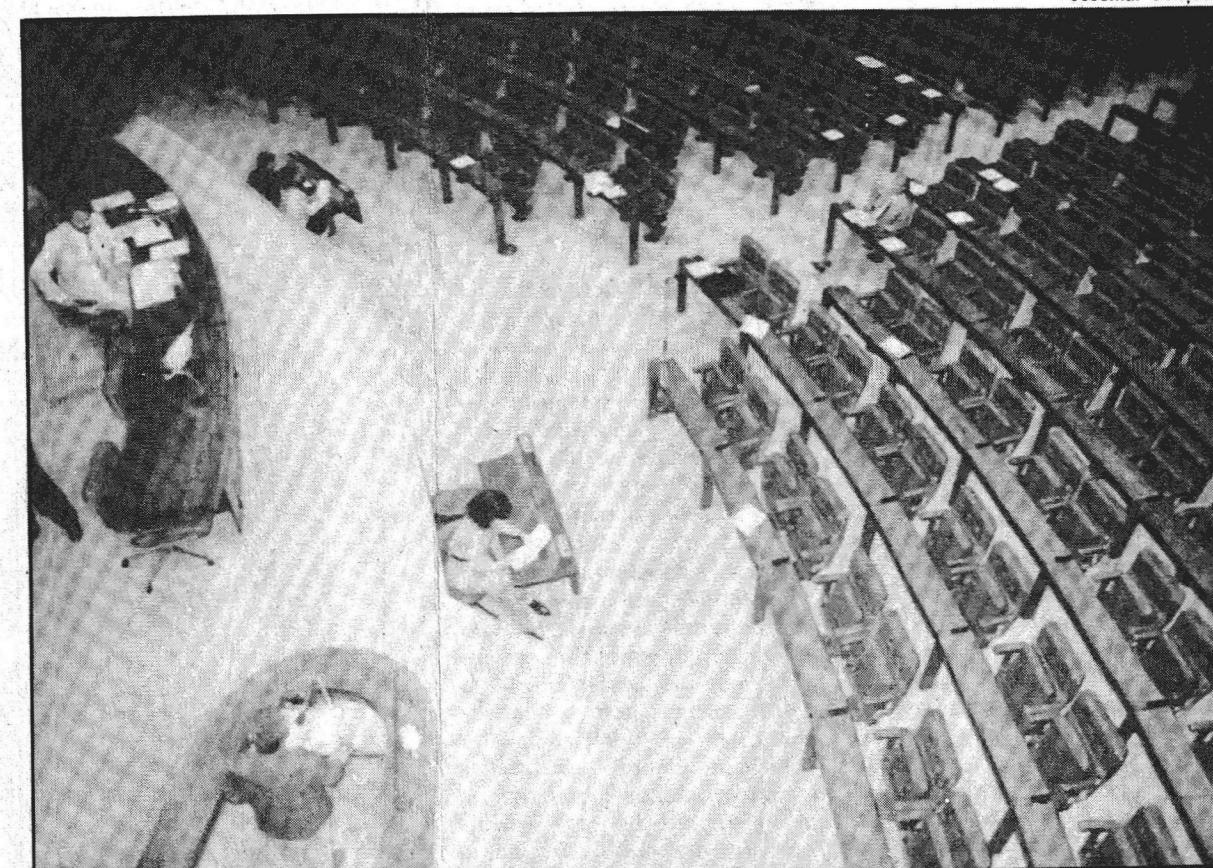
— Há projetos na pauta todos os dias de votação, mas isso depende dos partidos. Não há falta de quorum, há falta de acordo — afirma Ibsen.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) concorda com Ibsen nesse ponto:

— Enquanto não mudar a lei dos partidos isso vai continuar assim mesmo.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) concorda:

— Se quisermos votar alguma coisa, a mesa vai ter que definir prazos para a negociação entre os partidos. Se, dentro do prazo, os partidos não chegarem a um acordo, a mesa põe o projeto em votação de qualquer jeito. E a única forma de votarmos esses projetos antes do recesso.



Cena comum nos últimos dias que antecedem o recesso parlamentar de julho: no plenário, apenas dois deputados